



ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019

Data: 27/03/2019 Local: Espaço Energia

Campo Grande – MS

CONSELHEIROS / SECRETÁRIO EXECUTIVO

Rosimeire Cecília da Costa	Presidente - Comercial
Erivaldo M. Marques	Conselheiro Titular - Residencial
Maria Rita Barcellos	Conselheira Suplente - Residencial
Eliamar J. de Oliveira	Conselheira Titular - Rural
Sebastião Dussel dos Santos	Conselheiro Titular – Indústria
Denise Simões	Secretária Executiva - Titular
Dian Brito	Secretário Executivo - Suplente

ENERGISA / CONVIDADOS

Marcelo Vinhaes	Diretor-presidente da Energisa MS
Ercílio Diniz	Gerente de Combate a Perdas Energisa MS
Ricardo Vidinich	Presidente do Conselho de Consumidores da Copel - PR
Isabella Borges	Regulação Econômica Energisa MS
Fernanda Mathias	Jornalista

Secretaria Executiva do CONCEN

Av. Gury Marques, nº 8000, Bloco 2 - CEP: 79072-900 - Campo Grande-MS
Fone: (67) 3398-4483 - e-mail: concen@energisa.com.br

0 Às 14 horas do dia 27 de março de 2019, no Espaço Energia, localizado na Av. Afonso Pena, nº 3901,
1 Jardim dos Estados, em Campo Grande-MS, foi iniciada a 3ª Reunião Ordinária de 2019. A Sra.
2 Rosimeire Cecília da Costa, Presidente do Conselho, deu início à reunião, dando boas-vindas ao novo
3 representante da classe industrial, Sr. Sebastião Dussel, que agradeceu a acolhida, lembrou que por
4 trinta e três anos atuou no Setor Elétrico e que está à disposição para compartilhar conhecimentos. A
5 Sra. Rosimeire observou que os setores trazem suas demandas, e quando registradas em ata, torna
6 instrumento que possibilita a consulta aos pedidos feitos no âmbito do Concen. A Sr. Maria Rita
7 Barcelos lembra que os indicados da ABCCON são voluntários da mesma, não percebendo qualquer
8 valor pela representação. A Sr^a Rosimeire comenta sobre como se deu sua indicação, e relata que foi
9 indicada pela diretoria da Fecomércio-MS, que representa a classe desde 2009, inicialmente sua
10 participação no Concen se deu pelo Procon e quando o órgão passou a não mais ter voto, foi indicada
11 pelo presidente da Fecomércio, Sr. Edison Araújo, que informou a impossibilidade de participar das
12 reuniões diante da agenda de compromissos da Federação. A presidente lembrou o Sr. Dussel sobre a
13 necessidade de levantar custos para curso de eletricista básico a ser ministrado junto a índios da Aldeia
14 de Dois Irmãos do Buruti, pauta acertada com o então representante da Fiems, Sr. Ildo, em novembro
15 de 2018 e, ainda destacando a importância da ata, lembrou que, por decisão aprovada no Conselho, a
16 jornalista Fernanda Mathias passou, a partir de janeiro, a registrar as memórias das reuniões, que são
17 repassadas inicialmente à presidente, para suas considerações/correções e em seguida encaminhadas à
18 Secretaria Executiva do Concen para que distribua aos conselheiros com antecedência de pelo menos
19 15 dias à aprovação, em nova reunião. Ato contínuo, os conselheiros e suplentes e convidados
20 presentes se apresentaram ao Sr. Ricardo Vidinich e a presidente justificou a contratação da
21 consultoria, lembrando a atuação no processo desde 2017. Também observou que houve mudança no
22 processo que, durante a gestão do Sr. Romeu Rufino, na Aneel, não mais era público e, portanto, o
23 Concen tinha acesso à planilha Sparta antes do processo ser divulgado, mas desta vez, ao chegar em
24 Brasília para reunião em que o Concen receberia tal planilha, no dia 21, o pleito da concessionária já
25 estava publicado em jornal de grande circulação em Mato Grosso do Sul. A presidente questionou a
26 SMA (Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública),
27 ressaltando que o processo foi aberto em dezembro de 2018. “Deveríamos estar cientes e, na
28 capacitação da semana anterior, a Aneel não nos colocou que o processo estava aberto, que tem
29 metodologia diferente e isso é ruim porque trunca nossas informações. A Lei 8631, artigo 13, diz que o
30 Conselho é da concessionária e consultivo, então, poderia ter sido chamado pela concessionária e
31 recebido explicações. A imprensa nos cobra sobre o índice 15,75% e ontem fui entrevistada pelo SBT
32 e não tinham noção de que este índice não contempla encargos como PIS Cofins, ICMS, iluminação,
33 fora a bandeira. Não sabem o impacto, para quanto vai o valor do nosso quilowatt quanto estivermos
34 em patamar 2 da bandeira vermelha”. Ainda na Aneel, a presidente relata que três técnicos a receberam
35 junto do Sr. Vidinich para explicar a tabela e que questionou para que serviu a bandeira tarifária. “Essa
36 assimetria de informações não podemos tolerar”, enfatizou, acrescentando que até o momento da
37 presente reunião a Aneel não havia enviado a nota técnica ao Sr. Ricardo, como havia sido combinado.
38 Por fim, passa a palavra ao Sr. Ricardo, ponderando, que o Concen tem compromisso com a
39 transmissão dos fatos e não de defesa da concessionária ou mesmo atitude beligerante, por esta mesma

40 razão o diretor-presidente, Sr. Marcelo Vinhaes, foi convidado a participar da reunião para que todos
41 se debrucem em busca de uma saída ao índice de reajuste. O Sr. Ricardo Vidinich inicia sua fala
42 apresentando seu currículo, com 40 a de atuação no Setor Elétrico, a partir do estágio em construção
43 de usinas, 15 anos de atuação na Copel, atuação na Escelsa ES, primeira concessionária a ser
44 privatizada, onde acumulou larga experiência no assunto, por conta de revisões tarifárias que ocorriam
45 a cada três anos. Após a compra da Enersul, atuou em MS, acompanhou o então presidente da
46 concessionária nomeado ministro e em Brasília atuou por sete anos na regulação, inclusive
47 coordenando o processo que culminou na resolução 414, que regre as relações entre distribuidoras e
48 consumidores, tendo os Conselhos, como principais atribuições, sendo um órgão consultivo, o olhar
49 para a qualidade do serviço, tarifas e melhorias. “É a nossa bíblia”. Na Copel, o técnico representa a
50 classe residencial, pelo CREA. Ato contínuo, Sr. Ricardo apresentou a planilha Sparta da Aneel com
51 dados das classes de consumo, totalizando 1.022,767 consumidores e 520.003 MW consumidos; tabela
52 com a base de mercado: 5,5 milhões de MWh de fornecimento e de R\$ 2,5 bilhões de faturamento;
53 quanto à composição tarifária: 6,1% de custo de transmissão; 11,9% de encargos setoriais (que
54 incluem os subsídios); 30,6% o custo de energia; 26,9% custo de distribuição e 24,6% em tributos
55 (18,9% ICMS e PIS/Confins 5,6%). “Temos que nos focar no custo de distribuição porque o restante
56 serão consequências e não há muito o que fazer. O Conselho primeiro deve atuar na distribuição,
57 depois atacar os tributos, junto aos Estados”. Lembrou que o ICMS aumenta junto com a tarifa. Sobre
58 a reunião de diretoria da Aneel no dia 26 de março, apresentou resultados de revisões para aplicação
59 do efeito da conta ACR, diante do pagamento antecipado, anunciado para setembro, das dívidas
60 contratadas com bancos em 2014 - a dívida originalmente venceria em abril de 2020. A revisão
61 extraordinária para contabilizar esses efeitos discutiu as concessionárias Cepisa, Eletro Acre, EBO,
62 Enel Rio e Light. Enfatizou a fala do deputado federal Hélio Fernando Barbosa Lopes (RJ),
63 defendendo que governo do Estado deve reduzir o ICMS e que o Congresso deve fazer debate
64 profundo sobre subsídios, e que o parlamentar se colocou à disposição para projetos neste sentido.
65 Passando à composição tarifária, o consultor destacou em “encargos do setor, transporte e energia”,
66 montante destinado à taxa de fiscalização da Aneel, que passa de R\$ 3,8 milhões a R\$ 4,4 milhões,
67 sobe 15,9%, porém que fica contingenciada, um foco a ser questionado, lembrando que a Lei
68 Complementar 126, aprovada no governo Temer, desvincula dos fundos 30% desse valor. “Essa taxa é
69 para Aneel prestar serviço de fiscalização, precisamos que a estrutura funcione para que tenhamos
70 equilíbrio dessa relação”, entreviu a presidente do Concen, momento em que os conselheiros
71 observaram, inclusive, que o convênio com a Agepan foi suspenso decorrente da falta de recursos, o
72 que acaba por precarizar a fiscalização. Sr. Vidinich prosseguiu dissecando, na tabela de custos, como
73 outro ponto a ser combatido a contribuição ao ONS, que cresceu 43,4%, lembrando que salários
74 destoantes da realidade levaram ao questionamento do orçamento do ONS. Na composição, essa
75 parcela passa de R\$ 67.281 a R\$ 96.469. “No montante, é um item pouco representativo, mas vale a
76 provocação, se estiverem de acordo”. Ainda no mesmo grupo de custo, encargos apresentam queda de
77 8%; transporte, cai 8,6%, mas o custo da energia aumenta 10,3%, de R\$ 973,3 milhões a R\$ 1,073
78 bilhão. Com isso, a parcela A passa de R\$ 1,64 bilhão a R\$ 1,69 bilhão, incremento de 2,7%. A
79 parcela B, cresce 9%, de R\$ 860,8 milhões a R\$ 937,94 milhes. No custo da distribuição, que
80 representa 26,9% da composição tarifária, o item inflação é o primeiro ponto observado pelo consultor,
81 onde se percebe grande diferença no índice usado: 8,27% do IGPM, em março de 2019, enquanto o
82 IPCA está em 4,3%. Neste caso, a sugestão é uma crítica moral, considerando que o índice é

83 contratual, preservado nos processos de RTA, mas, por outro lado, o País enfrenta período de crise e os
84 salários são ajustados pelo IPCA. “Vamos questionar Aneel que não vê que há muito tempo no Brasil
85 os salários são corrigidos pelo IPCA, nossa renovação é 2027 e já vamos começar a nos movimentar
86 agora para que seja corrigido, lembrando quantas vezes a concessão foi vendida e permaneceu o
87 índice”, disse Rosimeire. O Sr. Vidinich analisou que nos custos da concessionária é preciso já, de
88 antemão, desconsiderar necessidade do IGPM para reposição de custos no que diz respeito aos gastos
89 com pessoal, uma vez que as remunerações são corrigidas pelo IPCA; faltando analisar quais os
90 indexadores para investimentos e depreciação. Lembra que a variação do dólar é um dos fatores que
91 influencia o resultado do IGPM. Passa, então, às explicações sobre o fator X com componentes de
92 qualidade, que impactam aumentando o índice de reajuste. “O componente T é coração da Energisa,
93 onde a concessionária tem uma meta maior de custos operacionais e investimentos que os custos
94 atuais. O potencial é de R\$ 447 milhões e hoje são R\$ 396,7 milhões; sendo assim, a Aneel concede
95 1,45% para recompor este montante ao final do ciclo. No ano passado, questionamos, mas a alegação é
96 de que faz parte do regulamento ProRET”, explicou Vidinich. O técnico, então, passa à leitura de
97 informe publicitário divulgado pela Energisa no jornal Valor Econômico, que informa aumento de
98 96% no faturamento da EMS em 2018, atingindo R\$ 170 milhões, lembrando que este é resultado de
99 boa gestão, negociação, recuperação de inadimplentes e, por fim, que é preciso que o consumidor
100 tenha noção de que uma parcela deste resultado vem dele. A Sr. Rosimeire diz que a discussão na
101 Superintendência de Regulação é justamente sobre a percepção do consumidor. “A gente ouviu muita
102 reclamação e penso que o consumidor só reclama quando está perdendo; temos recebido diversas
103 reclamações do setor rural. A perda com falta de operação é escandalosa”, observou, lembrando que a
104 situação foi evidenciada em audiência pública sobre qualidade no ano passado. O Sr. Sebastião Dussel
105 questiona a Energisa se meta de perdas comerciais está sendo cumprida. O Sr. Ercílio explica que a
106 meta para perda total e não técnica foi estabelecida em 13,01% para 2019 e em 2018 a EMS fechou o
107 mês de dezembro com 12,63%. “Somos benchmarking. Mesmo com condições climáticas adversas,
108 esse ano ainda não tivemos nem uma violação da meta”. O Sr. Vinich explica que a Aneel reconhece a
109 perda técnica, por média. O consultor volta aos componentes dos indicadores, no componente q, do
110 Fator X, onde está contemplado o IASC, que apontou a EMS como melhor concessionária do Centro-
111 Oeste e que impacta aumentando o índice de reajuste. “Por isso insistimos que o rural seja ouvido,
112 porque pesquisa só ouviu residencial”, alertou a presidente, Sra Rosimeire. Também destacou que o
113 questionário traz 15 perguntas que fazem inferência aos Conselhos de Consumidores, mas não há uma
114 tabulação destes resultados. Na tabela que considera o Custo Unitário da Energia, que cresceu 8,8%, o
115 consultor falou sobre os formatos de compra e chamou atenção para a Lei 12.783, em que estão as
116 usinas depreciadas, tomando como exemplo, na explanação, a usina São Simão (Cemig) onde o
117 governo arrecadou R\$ 12 bilhões à vista e os consumidores de todo o País terão de pagar o montante
118 ao longo de 30 anos, situação que elevou o mwh da usina de R\$ 12 a R\$ 120. “Na outorga onerosa
119 não tem justificativa o governo receber a mais, porque a usina é do consumidor e foi paga”. O aporte
120 previsto para fazer frente à Lei cresceu 1% na composição, assim como Itaipu. Ainda quanto aos
121 custos de geração, com pouca expressão, quedas de preço foram puxadas por leilões de energia eólica
122 e solar. As termelétricas configuram um dos elementos que provocaram aumento dos custos
123 financeiros, no ano passado, 27% da energia da EMS vieram desses contratos. Entregas de leilões
124 realizados entre 2005 a 2008. Apesar de as bandeiras tarifárias terem entrado em vigor como
125 sinalização para não haver efeitos financeiros no ano seguinte, para este exercício foi apurada falta de

126 7,06%. A Sra Isabella observa que as bandeiras carecem de correção e que para fazer frente o valor
127 máximo deveria ser reajustado ao patamar de R\$ 10,00, enquanto na Aneel se discute R\$ 6,00, sendo
128 que concessionária do Sudeste mencionou que para não haver efeitos financeiros o acréscimo
129 necessário em patamar máximo seria de R\$ 20,00. A tabela apresentada pelo Sr. Vidinich traz em
130 vários momentos o risco hidrológico afetando as tarifas e apresenta gráfico desde 2001, mostrando
131 reservatórios em queda, “por falta de chuvas e por falta de obras”, observa o consultor. São
132 apresentados em tela 18 anos de história, a partir do racionamento em 2001, sem térmica, voltando
133 recentemente a patamares parecidos, mas sem riscos de racionamentos, com as termelétricas, tendo por
134 outro lado, o efeito financeiro. O consultor observa que para 2019, a previsão climática é de
135 ocorrência do fenômeno El Niño, como em 2015, entretanto, a energia em reservatórios hoje acumula
136 60 mil Gwh contra 40 mil Gwh, em 2015, sendo condição favorável que poderia embasar pedido de
137 diferimento do fator risco climático na composição tarifária. Neste momento o Sr. Dussel faz
138 intervenção lembrando que hoje a energia eólica já representa 12% da matriz, dando importante
139 contribuição para manter a água nos reservatórios. Por fim, o Sr. Vidinich resume que, na parcela A,
140 encargos caíram 8%, transporte 8,6%, mas energia subiu 10,28%, elevando a parcela A em 2,71% ao
141 passo em que a parcela B, conforme mencionado anteriormente está em 8,96%, resultando em um
142 índice de reajuste de 12,88%. Com o pedido de diferimento, caso seja aceito, como ocorrido em
143 Rondônia, o índice apurado cairia de 12,88% a 9,38%. O Sr. Marcelo Vinhaes, que neste momento
144 participa da reunião, explica que não é viável que a concessionária assuma o custo da geração e que
145 em Rondônia isso ocorreu de forma excepcional, uma vez que a concessionária passou por reajuste
146 extraordinário e terá um novo no fim deste ano. A sugestão do diretor-presidente é que o Conselho
147 pleiteie junto à Aneel uma linha de crédito do tesouro, em Selic, para cobrir risco hidrológico e, nesta
148 condição, haja diferimento. “Este é um problema de todo o Brasil, o custo da geração, este efeito
149 financeiro haverá em todas as concessionárias do País. Os custos do Brasil estão mais altos e as
150 bandeiras tarifárias são insuficientes”. Ele ressalta a preocupação com a situação econômica do País,
151 com 13 milhões de pessoas desempregadas, mas pondera que a Energisa é uma sociedade Anônima
152 que responde por milhares de acionistas que não aceitariam assumir riscos de prejuízos em função do
153 modelo de mercado. “Estamos carregando problemas do passado. Temos os ônus e bônus, acho que
154 talvez governo seja sensível”. Outra sugestão aventada foi mencionar a situação de Itaipu, cujo
155 contrato vence em três anos e os preços cairão em 60%, sendo necessário já trabalhar junto à Aneel a
156 defesa de cotas diferentes para contemplar as distribuidoras que já contribuíram. Os conselheiros
157 definem pelo pedido de deferimento junto à Aneel, com argumento sobre eventual criação de linha de
158 crédito com recursos do tesouro à taxa Selic e que constará da sustentação oral da presidente do
159 Concen, Rosimeire Costa, durante reunião pública ordinária de diretoria que se dará no dia 02 de abril,
160 terça-feira, 9 horas (horário de Brasília) para definir processo de RTA da Energisa MS. **2. Tarifa**
161 **Social - Desdobramentos e "case" CEMAR;** A presidente do Concen, Rosimeire Costa, apresenta ao
162 diretor-presidente da EMS o case CEMAR, no Maranhão, que há 11 anos vem usando de sistema que
163 cruza dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Aneel, para expurgo e identificação de
164 beneficiários para a Tarifa Social, alcançando índice relevante de inserção em relação ao potencial –
165 conforme apurado pelo Sr. Ercílio, de 50%. No sistema da concessionária, o leiturista é bonificado em
166 R\$ 5,00 por NIS atualizado e o custo de manutenção do sistema é de R\$ 6 mil. A Sra. Rosimeire
167 lembrou que em recente audiência na Assembleia Legislativa, a EMS foi acusada de ser desídia quanto
168 ao cadastramento de beneficiário, apesar do esforço conjunto com o Concen para atingir este público.

169 O diretor-presidente da Energisa, Sr. Marcelo Vinhaes, determinou que o Sr. Ercílio acompanhe a Sra.
170 Rosimeire a visita à concessionária ao Maranhão, para este *case*, trazendo elementos que possam ser
171 aplicáveis na área de concessão. Disse que o cadastramento é uma premissa do grupo, porque, além
172 de ser uma forma de dar desconto a quem não tem condições de pagar, também reduz a inadimplência.
173 **3. Assuntos Gerais.** A Sra Maria Rita Barcellos externa aos representantes da Energisa MS,
174 preocupação com o treinamento de terceirizados, especificamente leituristas e o Sr. Ercílio explica que
175 existem auditorias constantes e, quanto ao quadro atual de colaboradores e informado que hoje 70%
176 são pós-Enersul, quando as medidas de controles eram menos consistentes. Por fim, a Presidente do
177 CONCEN agradeceu a todos os presentes. Sem mais nada a ser tratado, a reunião foi encerrada.



Rosimeire Cecília da Costa
Presidente do CONCEN



Denise Simões
Secretária Executiva do CONCEN